

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15428 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT25 – Educação e Povos Indígenas

OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO AMAZONAS

Alva Rosa Lana Vieira - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

## **OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/2008 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO AMAZONAS**

### **RESUMO**

O estudo apresenta o trabalho realizado nos anos de 2010 a 2015 pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas, através da Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI), com base na Lei nº. 11.645/2008 que estabelece diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Teve como objetivo de mostrar o trabalho da GEEI nas escolas não indígenas para conhecimento da história e cultura dos povos indígenas. A temática foi nomeada como, os desafios da implementação da lei nº 11.645/2008 nas escolas públicas do Amazonas. A problemática partiu do desconhecimento dos alunos da rede pública sobre os povos indígenas do Amazonas, como metodologia do estudo, foi utilizado pesquisa documental e bibliográfica nos relatórios referente as atividades do mês de abril das escolas públicas do estado. O trabalho resultou-se, no reconhecimento do calendário oficial da SEDUC referente os povos indígenas no mês de abril, reconhecendo a Lei e a contemporaneidade dos povos indígenas, porém nem todas as escolas públicas aderem no seu planejamento pedagógico.

**Palavras-chave:** Lei nº 11.645/2008. Povos indígenas. Escolas públicas. Amazonas.

### **Introdução**

O Estado do Amazonas, está localizada no extremo norte do país, se encontra na fronteira do país, possui 29% do total da população indígena do Brasil, contabilizando 490.854 indígenas, de acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), possuindo 65 povos indígenas e 43 línguas indígenas vivas. O estado possui quatro cidades com maior população indígena do país, às quais destacamos: Manaus, com 71.713 de indígenas; São Gabriel da Cachoeira, com 48.256 indígenas; Tabatinga, com 34.497 de indígenas e São Paulo de Olivença, com 26.619 de indígenas, conforme dados do IBGE/2023.

Em 2010, o IBGE contou 896.917 mil indígenas, ou 0,47% do total de residentes no território nacional. Em 2023, o número de indígenas residentes no país aumentou para

1.693.535 pessoas, o que representa 0,83% da população total do Brasil. Ao analisar os dados do IBGE 2023, dos 490.854 indígenas no Amazonas, percebemos que 149.074 indígenas vivem nas terras indígenas demarcadas, e 341.780 indígenas moram fora das terras indígenas, ou seja, em sua maioria nas cidades, comunidades ou vilas não demarcadas do Amazonas. O que mudou consideravelmente referente ao IBGE de 2010, o aumento expressivo pode ser explicado por mudanças metodológicas utilizadas no Censo 2022 (IBGE, 2023, p. 35-37).

O processo educacional por uma Educação Escolar Indígena, está prevista na Constituição Federal de 1988 (CF 1988), que determina que os povos indígenas têm direito ao acesso à educação, sendo respeitadas suas crenças, formas de organização e tradições. A partir da CF, foi garantido na Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº9.394/1996, Resolução nº005/2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena, na Educação Básica e a Resolução nº 1/2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio. Bettiol (2017) afirma, que as legislações educacionais indígenas são frutos das reivindicações dos povos indígenas na Educação Básica e de acesso ao Ensino Superior (BETTIOL, 2017, p. 110).

Por outro lado, para as escolas não indígenas existe a Lei 11.645/2008 que apresenta no seu escopo ampliado, nova redação ao art. 26-A da LDB, para contemplar a história e a cultura dos povos indígenas, determinando a inclusão nos currículos da educação básica, de modo a desconstruir preconceitos, falsas ideias sobre os indígenas e demais formas de etnocentrismo.

Diante disso, apresentamos o estudo realizado nos anos de 2010 a 2015 pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas, através da Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI), no fortalecimento da Lei nº. 11.645/2008 que estabelece diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. A pesquisa teve como objetivo de visibilizar as atividades da GEEI/SEDUC sobre a história e cultura dos povos indígenas nas escolas não indígenas da rede estadual.

O trabalho está sendo apresentado com a temática, os desafios da implementação da lei nº 11.645/2008 nas escolas públicas do Amazonas, que surgiu a partir do desconhecimento dos alunos da rede pública sobre os povos indígenas do Amazonas. O trabalho só foi possível a partir da pesquisa documental e bibliográfica dos relatórios referente ao tema, como resultado da pesquisa foi a descoberta do reconhecimento no calendário oficial da SEDUC, fortalecendo a história dos povos indígenas no mês de abril, porém nem todas as escolas adotam nos seus planejamentos pedagógicos.

## **Metodologia**

De acordo com Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa é uma prática que visa registrar fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica suas causas, buscando ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses numa visão mais unitária do universo ou âmbito produtivo em geral e também gerar hipóteses ou ideias por força de dedução lógica.

Desse modo como procedimentos metodológicos para a execução da pesquisa adotamos abordagem qualitativa, como procedimento técnico, utilizamos a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, assim analisamos os planos de ação, relatórios, resoluções, trabalhos acadêmicos e documentos de arquivos públicos (MARCONE & LAKATOS, 2003, p. 174-177).

### **A implementação da Lei nº11.645/2008 nas escolas públicas do Estado do Amazonas.**

No Brasil, ainda predomina o preconceito e a discriminação para com os afrodescendentes, quilombolas e indígenas. Na busca de mudança deste cenário foi aprovada a Lei nº 10.639/03 que prevê o ensino de “História e Cultura Africana e Afro-brasileira” e logo depois a Lei nº11.645/08 que acrescenta a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Indígena na educação básica”.

A escola é um dos principais ambientes para refletir, ensinar e aprender sobre as diferenças culturais, sendo um espaço propício para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade que leve os alunos a reconhecerem a diversidade cultural, étnica, social presente na sociedade.

Em 2014, o sistema educacional amazonense era composto por 5.524 escolas, 1.191.882 alunos e 41.990 docentes (SEDUC, 2015, p. 12). Dentro deste contexto, segundo o censo de 2017, o estado do Amazonas possuía 1.067 escolas indígenas, 65.767 alunos indígenas e 4.571 professores indígenas, tendo uma população indígena de 168 mil (IBGE, 2010) e 65 povos indígenas (SEDUC/AM), e atualmente, 490.854 (IBGE, 2023).

A partir dos dados acima, tem-se que as escolas indígenas correspondiam cerca de 20% do quantitativo das escolas não-indígenas do estado do Amazonas, porém um desconhecimento por parte dos educadores e alunos quanto à diversidade étnica existente no estado.

Nas escolas, é comum observar que a atividade alusiva ao Dia dos Povos Indígenas fica restrita a pinturas, danças e cocares de papelão nas cabeças das crianças, homenageando o indígena de uma maneira folclorizada.

Na busca de ressignificar esta realidade, apresenta-se neste artigo o trabalho organizado pela Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino no Amazonas, correspondente ao período de 2010 a 2015, acerca do cumprimento da Lei nº 11.645/2008.

Após a análise dos documentos, em 2010 a Gerência de Educação Escolar Indígena – GEEI/SEDUC, deu início às atividades alusivas ao Mês dos Povos indígenas, trabalhando apenas com público da capital convidando algumas escolas da rede pública.

Em 2010, o tema escolhido: “Cidadania, respeito e compromisso com os povos indígenas do Amazonas”. Para discussão da temática foram convidadas FUNAI/Manaus que falou sobre Territorialidade e Cidadania Indígena; Secretário Estadual para os Povos Indígenas (SEIND) que apresentou Projetos do Presente e Futuro para os povos indígenas do Estado do Amazonas; Gerente de Educação Escolar Indígena/SEMED - Manaus que falou sobre a presença dos povos indígenas em Manaus; e a Gerente de Educação Escolar Indígena - GEEI/SEDUC palestrou sobre os desafios da política de educação escolar indígena no Amazonas.

Em 2011, na parceria com a Secretaria Estadual para os Povos Indígenas (SEIND), a GEEI/SEDUC organizou o trabalho mais amplo para atingir a sociedade amazonense. A SEIND planejou trabalhar o tema: “Abril Cultural Indígena: Danças, Cantos, Esporte e Exposição de Artesanato”. Na Educação, trabalhou-se uma semana entre capital e interior com o tema: “Um Novo Olhar Rumo a Transformação”, em que a GEEI/SEDUC enviou técnicos aos municípios para mobilizarem as escolas para ação conjunta entre Estado e Municípios, dentre os quais, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Manicoré, Barcelos, Barreirinha, Tefé, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira. Em Manaus foi planejado o ponto de encontro numa escola dos sete distritos <sup>[1]</sup>, com aproximadamente 30 escolas em cada.

Em 2012 o evento ampliou-se não só no ambiente escolar da Educação Básica, mas ampliou para o universo acadêmicos de algumas universidades públicas e particulares que participaram das discussões na abertura e no encerramento da solenidade no estado com o tema: “Não Há Saber Mais ou Saber Menos, Há Saberes”. Nos municípios de Manaus, Eirunepé, Envira, Ipixuna, Manaquiri, Parintins, Pauini, Tapauá foram realizados, com acompanhamento e organização das atividades pelos técnicos da GEEI/SEDUC.

Em 2013, com o tema: “Identidade étnica: Eu faço parte desta história”, a GEEI/SEDUC orientou para que todas as escolas da rede pública planejassem suas ações e encaminhassem para o e-mail da GEEI/SEDUC para divulgação dos eventos de suas escolas. Foi organizado em Manaus, palestras e debates com acadêmicos das universidades no auditório do Centro de Formação/SEDUC e numa escola de referência dos sete distritos da SEDUC para alunos do ensino médio. O evento contou com a presença de cantores, escritores e artesões indígenas.

Em 2014 foi abordado o tema: “Educação é um direito, mas tem que ser do nosso

jeito”, e subtema: “A contribuição dos povos indígenas para a formação da cultura amazonense”. Buscou-se trabalhar o respeito às diferenças, o reconhecimento das suas riquezas culturais e o quanto foram marcantes na construção da cultura brasileira e, em particular, da cultura amazonense. Buscou-se refletir sobre a educação dos povos indígenas ao direito da educação diferenciada e específica. Neste ano houve o lançamento dos concursos de redação e vídeo para ensino médio. No interior do estado a participação foi maior, contando com a participação dos professores que cursavam o Projeto Pirayawara <sup>[2]</sup> (magistério indígena).

Em 2015, foi pensado de uma forma diferente, buscando incentivar a criação de uma arte sobre o tema, fazendo concurso entre professores do Projeto Pirayawara. A arte vencedora seria a logomarca do mês dos povos indígenas e o tema foi: “Somos iguais e diferentes na diversidade amazônica: conhecendo, valorizando, respeitando”. O conteúdo trabalhado teve como objetivo a reflexão crítica sobre a relação dialética entre o ser igual e diferente no contexto amazônico. Neste ano, houve a continuidade dos concursos de Redação e Vídeo (Ensino Médio), sendo lançado o concurso de Histórias em quadrinhos (Ensino Fundamental – 6º ao 9º) e Desenho (Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano), para as escolas da rede pública.

O trabalho realizado nos anos de 2010 a 2015, foram importantes, a instituição estadual reconheceu que abordassem nos currículos da Educação Básica, no decorrer dos anos foi fortalecendo e consolidando no calendário oficial da SEDUC para mostrar as lutas dos povos indígenas, seus projetos, sua importância e contribuição de seu conhecimento e cultura na formação da população do estado. Porém, percebeu-se quem nem todas as escolas da rede pública priorizam esse tema, mesmo constando no calendário da SEDUC.

### **Considerações Finais**

O estado do Amazonas possui a maior população indígena do país, com algumas línguas indígenas vivas e 65 povos existentes. No IBGE 2022, verificamos o aumento significativo de população indígena no Amazonas, sendo que em Manaus contabilizou 71.713 indígenas, enquanto em 2010 registrava-se 4.040 indígenas. Porém quando você precisa do quantitativo de alunos indígenas que estudam na rede estadual em Manaus você não consegue a informação.

Atualmente, o Dia alusivo aos Povos Indígenas é realizada de uma forma tímida, é imprescindível que haja uma formação continuada aos professores da rede pública, tendo como foco a construção do plano de trabalho referente a História e Cultura Indígena na educação básica.

É necessário fortalecer a Lei nº11.645/08 no planejamento pedagógico do ensino da História e Cultura Indígena na educação básica, tendo em vista no combate ao racismo contra os indígenas, e afirmar os valores inestimáveis de sua contribuição, passada e presente, para a criação da nação brasileira.

## Referências

AMAZONAS. Secretaria Estadual de Educação – **Relatórios da Gerência de Educação Escolar Indígena** – Manaus. 2010 a 2015.

AMAZONAS. Secretaria Estadual de Educação – **Plano Estadual de Educação** – Manaus. 2015. Disponível em: [PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - PNE \(mec.gov.br\)](https://pne.mec.gov.br/) Acesso em: 01 de jun. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição: **República Federativa do Brasil**. Brasília Ministério da Educação. 1988.

BRASIL. **Lei nº. 11.645/2008**. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso 01/06/2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo Escolar 1017. Brasília. Disponível em: < <http://inep.gov.br/censo-escolar> >, acesso em 01 de jun. 2024.

BETTIOL, C. A.; SOUZA, A. S. D.; LEITE, Y. U. F . **Políticas públicas para formação de professores indígenas: direito, problematizações e perspectivas**. In: Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global: experiências e antecipações concretas. p. 1-11. Disponível em: Acesso em 01 jun. 2024.

IBGE. 2010. **Dados populacionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao> . Acesso em 01 jun. 2024.

IBGE. 2023. **Dados populacionais**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/> Acesso em 01 jun.2024.

MARCONI. Marina de Andrade, LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

[1] Organização das escolas da rede estadual na capital estão constituídas em distritos.

[2] Programa de formação para professores indígenas.